

O bolo envenenado

ALOYSIO CAMPOS DA PAZ JÚNIOR

Brasília tem sido vítima de muitas agressões. No plano urbano, na área política, no terreno social. Há mais uma, vindo por aí: a abertura na capital de filiais de organizações médico-hospitalares privadas operando nas mesmas condições empresariais de suas mantenedoras. Na esteira dos negócios dessas empresas estão as seguradoras e as empresas de medicina de grupo. Dois efeitos são inevitáveis. Produzirá uma drenagem na exaurida poupança interna local, que será levada — como é costume em outras áreas — para cobrir os déficits das matrizes americanas, ou seja, caro leitor: como omissão de socorro nos EUA é inimaginável (lá tem muito advogado), você vai pagar o déficit gerado pelo atendimento a americano sem seguro. Para completar, como é comum na nossa terra, haverá o benefício de verbas do Governo cujo destino natural e certo seriam os hospitais públicos, cada vez mais condenados a depósitos de doentes em estado grave não mais cobertos pelos seguros saúde! Acabou o dinheiro? Vendeu a casa, o carro? Transfere para o hospital público...

O que já é grave transformar-se-á em acinte. Principalmente quando ve-

mos a saúde pública local em ruínas, desorganizada, desestruturada, às portas do caos. Nos estados, o quadro ainda é mais crítico, como nos mostram os meios de comunicação. Há sempre um infeliz morrendo do lado de fora e o segurança dizendo, do lado de dentro: “não tem vaga!” Ou o sorteio para ver quem vai ficar no respirador artificial. Por que acontecem essas coisas?

No caso, o bolo tem receita. Pega-se uma tragédia como a de Tancredo Neves, misturam-se médicos de dois empregos e um consultório (?), mexe-se na panela de um governo privatista e bate-se bem com uma classe A que sonha com Miami (afinal, lá basta falar portunhol...). Em seguida, acrescenta-se o glacê de professores-doutores de vocabulário esotérico tendo como representantes bagrinhos mal remunerados. Estará pronto o bolo cujo sabor disfarçará o assalto que dificilmente será percebido. Principalmente pelos pacientes da classe A, que avaliam o trabalho médico como uísque e automóvel: quanto mais caro, melhor. Em volta da mesa, garfos e facas a postos, estarão as seguradoras e as empresas de medicina de grupo, nacionais e multinacionais. À sociedade caberá pagar a conta. Afinal, assalto está virando coisa do cotidiano.

Brasília poderia dispor, em várias áreas, de centros públicos de referência e excelência em saúde. Como aqui no Sarah, poderiam atender igualmente à elite e aos candangos. O que me estarrece é a tendência dos detentores do poder a apelar para alternativas que enfraquecem o combalido setor público de saúde em vez de contribuir para o seu fortalecimento. Ao correr para o modelo privado, os que abdicam de sua cidadania, estão dizendo algo como “onde não se paga nada, tudo deve ser ruim”. São formadores de opinião dizendo ao resto da sociedade que não pode ser bom o que é público e de graça. De graça? Mas... todos não pagamos impostos?

A classe média — alta, média e baixa — que paga o maior volume, tem o direito inalienável de exigir do Governo educação e saúde públicas. Se o Governo não cumpre seus deveres elementares, para que governo? Para entupir as instituições públicas de regras e contra-regras, para engessá-las, sucateá-las e estimular os fariseus a abrirem clínicas para “complementar” as ações do Estado? Para vendê-las a interesses externos? Para entregar a classe média às seguradoras que primam por selecionar os saudáveis e expurgar os que têm risco?

Todos os órgãos públicos em Brasília,

inclusive os ministérios, têm convênios com entidades seguradoras privadas, quando não com hospitais públicos, construídos e mantidos com o dinheiro de nossos impostos. Os que podem pagar por fora para atendimento preferencial e muitos médicos que trabalham nos hospitais públicos são donos de serviços no setor privado! Pouca gente sabe disso, ou lhe dá importância. A indiferença resulta da cínica banalização da vida e da impotência em face da necessidade de corrigir uma situação perversa.

Solução? Tem! Basta o presidente da República decretar:

Artigo 1. Todo servidor público de qualquer nível é obrigado a ser atendido em hospital público.

Artigo 2. É expressamente vedado a um médico trabalhar acumulando o setor público com o privado sob pena de demissão.

Artigo 3. Fica terminantemente proibido o Andar Reservado para Autoridades.

Pronto. Vai jorrar dinheiro. O resto, como dizia Capistrano de Abreu, na sua proposta de constituição, é só ter vergonha na cara.

ALOYSIO CAMPOS DA PAZ JÚNIOR é cirurgião-chefe da Rede Sarah de Hospitais do Aparelho Locomotor.